

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.372 - RS (2018/0290215-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **ALTEMIR DELAZERI**
RECORRENTE : **ANA MARIA DA SILVA PAES**
RECORRENTE : **ANDRE SOARES MENEGAT**
RECORRENTE : **CLÁUDIO RENATO DE AZEVEDO**
RECORRENTE : **CLEUSA EUNICE DOS SANTOS ABON ZAHR**
RECORRENTE : **ERITO DE AQUINO COSTA**
RECORRENTE : **IVAN DA SILVA SCHEFFER**
RECORRENTE : **KATIA DE MOURA RODRIGUES**
RECORRENTE : **MARIZE GONCALVES BARCELLOS**
RECORRENTE : **MARA REGINA INACIO DE AGUIAR**
ADVOGADOS : **LUCIANO CARVALHO DA CUNHA E OUTRO(S) - RS036327**
 BRENDALI TABILE FURLAN - RS061812
 PEDRO MAURICIO PITA DA SILVA MACHADO - RS024372
 FABRIZIO COSTA RIZZON - RS047867
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ALTEMIR DELAZERI e OUTROS, com fundamento no art. 105, III, a e c da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO NÃO-EMBARGADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVISORIEDADE. PERÍODO ANTERIOR À EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO. JUROS MORATÓRIOS. NÃO-INCIDÊNCIA.

1. A decisão que fixa no início da execução o valor dos honorários advocatícios é provisória, posto que, em sendo embargada, resta substituída pela sentença proferida nos embargos que contemplará os dois feitos.

2. A jurisprudência do STF firmou entendimento da aplicação juros de mora somente quando não efetivado o pagamento no prazo constitucional, não cabendo sua incidência no período compreendido entre a elaboração da conta e a expedição do precatório" (fl. 72e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. Não é necessário ao julgador enfrentar os dispositivos legais e constitucionais citados pela parte ou obrigatória a menção dos dispositivos legais e constitucionais em que fundamenta sua decisão, desde que enfrente as questões jurídicas postas na ação e fundamente, devidamente, seu convencimento. A jurisprudência, contudo, admite a possibilidade de utilização de embargos declaratórios para fins de prequestionamento de matéria a ser resolvida no âmbito dos Tribunais Superiores" (fls. 88e).

Foi interposto Recurso Especial, com base no art. 105, III, **a e c**, da CF/88, alegando ofensa ao art. 20, § 4º, do CPC/73; e Súmula 345 do STJ, sustentando o seguinte:

"O presente recurso, portanto, tem como objeto:

- a) a possibilidade de cumulação dos honorários dos embargos com os honorários da execução;
- b) a contagem dos juros até a data da expedição do precatório ou, pelo menos, até a data da homologação da conta ou, o que é o mesmo, do despacho que determina a expedição do Precatório ou RPV.

2 - Cabimento do recurso especial. Divergência jurisprudencial. Honorários autônomos na execução. Sentença coletiva. Súmula 345 STJ

(...) o entendimento do STJ é pela cumulabilidade dos honorários de execução e embargos se não pela inacumulabilidade pela qual se posiciona a decisão recorrida.

De fato, em sentido diametralmente oposto ao acórdão parâmetro, para o acórdão recorrido os honorários de execução e embargos à execução não podem ser acumulados e, havendo embargos devem ser substituídos os honorários da execução, como se vê do corpo do acórdão recorrido:

(...)

2.4. Verifica-se a divergência também com a decisão já referida, da 3ª Turma do C. STJ, no REsp 236.734/AL, que reconhece a autonomia dos processos de execução e de embargos, à execução, admitindo a fixação de verba honorária nos embargos independentemente de já ter havido fixação na execução:

(...)

Ou seja, também nesta oportunidade, o STJ deu pela cumulabilidade dos honorários da execução e dos embargos, orientação da qual divergiu o acórdão recorrido.

(...)

2.5. Por outro lado, embora diga estar-se filiando ao entendimento da Súmula 345 do STJ, em verdade, a decisão recorrida acaba por contrariar aquele verbete.

É que embora o Regional tenha admitido a fixação de honorários na sentença coletiva, condicionou-os a não oposição de embargos.

Tal postura encontra-se em franca contradição com a Súmula 345, que implica na fixação de honorários pela execução individual de sentença coletiva tanto nas execuções não embargadas quanto nas execuções embargadas

(...)

3 - Cabimento do recurso especial. Violação à legislação federal, art. 20 e §§ do CPC. Cumulabilidade dos honorários da execução e dos embargos.

3.1. Cabível o recurso especial também pelo fundamento da alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal vigente.

3.2. O acórdão recorrido, ao determinar que , os honorários advocatícios fixados na . execução devem .ser afastados caso sejam opostos embargos, à execução, sendo substituídos os honorários da execução por aqueles fixados nos embargos, violou o disposto no §4º do art. 20 do CPC, na medida em que este dispositivo legal expressamente refere que nas execuções embargadas ou não, haverá fixação de honorários.

(...)

Como resulta da própria letra da lei processual civil, nas execuções, embargadas ou não, são devidos os honorários advocatícios, não se fazendo qualquer distinção entre execução fundada em título executivo judicial ou extrajudicial, nem quanto ao montante da execução. :

3.3. A correta interpretação do art. 20 do CPC é aquela que dá pela cumulabilidade dos honorários da execução de sentença com os questionários dos embargos à execução.

Não se está a dizer que os honorários não possam ser fixados em verba única, quando do julgamento dos embargos à execução.

Não se pode admitir que os honorários fixados apenas nos embargos cubram também o patrocínio da execução de sentença, que ao fim e ao cabo constitui a verdadeira pretensão da recorrente.

É este critério - da impossibilidade de cumulação - que o acórdão recorrido quer impor e que briga com a literalidade do artigo 20 do CPC.

3.4. O dispositivo legal violado está, implicitamente ventilado na decisão recorrida, uma vez que o acórdão versa sobre fixação de

honorários advocatícios nas execuções contra a Fazenda Pública, embargadas ou não, ou seja, exatamente a matéria tratada no §4º do art. 20.do CPC, transcrito acima.

(...)

4 - Cabimento do Recuso Especial. Divergência Jurisprudencial. Juros até homologação da conta e não a apresentação da conta inicial (STJ). Juros até a expedição do precatório/RPV (TRFs).

4.1. Esclareça-se desde logo que não se trata de precatório complementar e que o período excluído não é aquele que vai da homologação do cálculo pelo Juízo, do seu fechamento após a conferência das partes.

A exclusão aqui abrange até mesmo período anterior, que atinge a data da elaboração da conta que instruiu a inicial executiva out.2006 daí passando pela homologação e atingindo o momento da requisição do precatório.

A hipótese, portanto, é distinta daquela em que este C. STJ tem decidido que não incidem juros a partir da homologação da conta e até a expedição do precatório ou RPV.

4.2. A Turma do TRF da 4a Região declarou que "não são devidos juros moratórios entre a data da elaboração da conta inicial da execução e a expedição do precatório ou requisição de pequeno valor".

Essa postura contradiz a jurisprudência deste Eg. STJ, no sentido de que são devidos juros até a data da homologação da conta final, e não apenas até a conta inicial (memória de cálculo que instrui a inicial).

Também contradiz, de modo mais amplo, o entendimento de outros Regional, segundo os quais a fluência dos juros vai até a data da efetiva expedição do precatório ou RPV.

4.3. A decisão contraria o entendimento deste Eg. STJ, segundo o qual os juros incidem até a homologação da conta de liquidação, excluindo-se apenas o período posterior, que a Secretaria Judicial leva para transformar o cálculo homologado em requisição

(...)

A divergência salta aos olhos. Enquanto o acórdão recorrido assevera que não incidem juros de mora entre a data da elaboração do cálculo que instrui a petição inicial, ainda não homologado, o acórdão paradigma assevera que não incidem juros apenas depois da homologação e até que se faça o registro do precatório.

5 - Razões para reforma do julgado.

Honorários autônomos da execução e embargos.

5.1. 1 Execução e embargos são, ações (ou procedimentos) autônomas e inconfundíveis, devendo ser ambas remuneradas com percentuais próprios.

O conglobamento pretendido impor é inadmissível, pois desconsidera a autonomia dos embargos do devedor relativamente ao processo de - execução e a quantidade de trabalho realizado.

5.2. O artigo 20 do CPC é norma geral aplicável ao processo de conhecimento, de execução é cautelar: Incide também, por conseguinte, nos, embargos à execução, ação de conhecimento que visa desconstituir a eficácia executiva do título judicial ou extrajudicial. , De efeito, o artigo 20 do CPC determina a condenação do vencido nas despesas processuais em qualquer incidente processual, recurso ou decisão (caput e §§ 1º e 2º).

(...)

O cabimento dos honorários pela execução é pacífico no caso por se tratar de execução individual de ação coletiva, (Súmula 345 do STJ).

A fixação de honorários somente nos embargos à execução, é um incentivo a oposição de embargos à execução de cunho protelatório.

5.5. Por tudo isso, a jurisprudência deste Eg. STJ vem cada vez mais se firmando no sentido de que pode ser cumulada a verba honorária fixada na execução e nos embargos, inclusive mediante decisões monocráticas.

(...)

6 - Razões para reforma do julgado. Dies ad quem dos juros no precatório ou RPV.

6.1. O acórdão recorrido excluiu os juros moratórios desde a data do cálculo inicial da liquidação e a data da apresentação do precatório/RPV.

6.2. Ocorre que a jurisprudência deste Eg. STJ firmou-se no sentido de que os juros incidem pelo menos até a homologação da conta de , liquidação, ou seja, da definição em juízo, do valor a ser requisitado.

(...)

Negar a fluência de juros, moratórios nesse período significa admitir que há demora sem existir mora Significa, em última análise, onerar o credor com a desvalorização de seu crédito em face de efetiva demora para a apresentação do precatório durante um período que pode demorar meses ou anos, não abarcado pela disposição constitucional em que o cidadão credor fica completamente submetido aos arbítrios do Estado" (fls. 95/119e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 224/229e).

Superior Tribunal de Justiça

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 256/257e).

A irresignação não merece prosperar.

De início, impossível a apreciação, nesta via de ofensa à Súmula 345 do STJ, por não se enquadrar no conceito de Lei Federal constante do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. INÉRCIA DA FAZENDA NACIONAL. INTIMAÇÃO POR EDITAL. PROTESTO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SÚMULA 106/STJ. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Com relação à violação da Súmula 106/STJ, o STJ possui entendimento de que Súmula não se enquadra no conceito de lei federal, o que inviabiliza sua discussão na via excepcional.

2. O Recurso Especial não impugnou toda a fundamentação do acórdão, principalmente quanto à questão do ajuste da intimação por edital às hipóteses do art. 870 do CPC de 1973. Assim, há fundamento não atacado pela parte recorrente, o qual, sendo apto, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'.

3. O Tribunal de origem entendeu que o protesto judicial levado a efeito pelo Município não foi capaz de interromper a prescrição, porquanto realizado de forma geral e inespecífica, sendo, por isso, incapaz de dar a devida ciência ao devedor e pôr termo à prescrição.

4. O STJ não pode reexaminar os fatos narrados pelo Tribunal regional para perscrutar o quanto cada parte sucumbiu na demanda, pois esta Corte já consolidou o entendimento de que a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos, bem como de existência de sucumbência mínima ou recíproca, requer o revolvimento de matéria fática, vedado pela Súmula 7/STJ.

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa medida, não provido" (STJ, REsp 1.663.068/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/06/2017)

Com relação aos juros moratórios, verifica-se que a parte recorrente não indicou, de forma clara e individualizada, como lhe competia, os dispositivos legais relativos ao tema, que porventura tenham sido malferidos pelo Tribunal de origem, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos da jurisprudência desta Corte, o conhecimento do Recurso Especial exige a indicação, de forma clara e individualizada, de qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Assim, seja pela alínea **a**, seja pela alínea **c** do permissivo constitucional, é necessária a indicação do dispositivo legal tido como violado ou em relação ao qual teria sido dada interpretação divergente.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. A alegação de ofensa a dispositivos legais que não foram arrolados no recurso especial constitui indevida inovação recursal, inviabilizando o exame da tese em sede de agravo interno. 2. Não há falar em omissão e, por conseguinte, em contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, pois o julgamento da lide apenas se deu de forma contrária aos interesses da parte.

3. A admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF.

(...)

8. Primeiro agravo interno desprovido. Segundo agravo interno não conhecido, por força da preclusão consumativa" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Quanto aos honorários, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor

sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada à cumulabilidade dos honorários da Execução e dos Embargos à Execução não foram apreciadas no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. **A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.**

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Ante o exposto, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios pois o

Superior Tribunal de Justiça

recurso foi interposto na vigência do CPC/73.

I.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora

